

«ESTE LIVRO HE DA SANCRISTIA DALCOBAÇA...». NOTAS DE PERTENÇA E CIRCULAÇÃO DE LIVROS EM AMBIENTE MONÁSTICO

CATARINA FERNANDES BARREIRA*

Resumo: *Com a intenção de prevenir o descaminho e o extravio dos códices da livraria do Mosteiro de Alcobaça, os monges colocaram-lhes notas de pertença, mais ou menos extensas, que nos dão variadas informações: sobre o empréstimo de códices para cópia ou sobre a sua aquisição, com o intuito de enriquecer a livraria monástica. Ou notas a documentar as dinâmicas de circulação do livro por outras casas cistercienses e notas sobre a relação próxima dos monges com os livros. Partindo destas questões, o presente artigo pretende equacionar o modo como se opera a circulação do livro no contexto das bibliotecas monásticas, em particular no estudo de caso que é o Mosteiro de Alcobaça, e, nesta, o papel e eficácia de tais notas de pertença na identificação e preservação da livraria monástica.*

Palavras-chave: *Mosteiro de Alcobaça; Códices; Mobilidade; Monges.*

Abstract: *To prevent the loss of libraries' codices monks provided them with notes of ownership, which could be more, or less extensive, and which give us information about the borrowing of manuscripts for copying, or the acquisition of new books to enrich a collection. These notes documented the dynamics of a book's circulation through other Cistercian houses, and the close relationship the monks had with the books. Based on these sources this article will scrutinise how the circulation of books took place in monastic libraries, with particular attention to the case of the Monastery of Alcobaça, and the role and efficacy of notes of ownership in the identification and preservation of the monastic library.*

Keywords: *Monastery of Alcobaça; Manuscripts; Circulation; Monks.*

* Investigadora contratada do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, colaboradora do CEHR-UCP e investigadora responsável no projeto *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* (ref.ª PTDC/ART-HIS/29522/2017), financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

O presente artigo decorre da participação numa sessão proposta ao colóquio *Mobilidades*, coordenada por Paulo Catarino Lopes, intitulada *A mobilidade medieval em contexto monástico. O exemplo cisterciense*. Era seu objectivo reflectir sobre a mobilidade medieval no quadro do mundo monástico cisterciense a partir de três estudos de caso: o aqui apresentado, e os analisados por Luís Miguel Répas («*Ela houve mau preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soares, seu marido, a Arouca, e filhou havito*»). *Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses*) e por João Luís Fontes e Paulo Catarino Lopes (*Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de Reforma [1431-1446]*).

Agradeço, de forma penhorada, ao Mário Farelo pela leitura atenta e pelas sugestões, e ao Paulo Lopes pela ajuda e entusiasmo. Email: cbarreira@fcs.unl.pt. A autora não escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1990.

1. CIRCULAÇÃO DE LIVROS, BIBLIOTECAS MONÁSTICAS E *SCRIPTORIA*

A circulação de livros ao longo da Idade Média não é, de todo, um tema inédito e original, mas tem sido abundantemente trabalhado por diversos autores, nas últimas décadas, sendo extensa a bibliografia sobre o assunto¹. Em primeiro lugar, a circulação do livro contribuiu de modo eficaz para a transmissão e difusão culturais e foi a circulação que esteve na base da constituição das bibliotecas, nomeadamente por via de compras, de doações e do empréstimo para cópia. Estudar as bibliotecas medievais, e os códices que delas fizeram parte, não é só olhar para os inventários e/ou para os livros sobreviventes, mas supõe analisar a circulação que perspectiva e contextualiza quer os livros, quer os seus leitores².

Um segundo aspecto a ter em conta é que a constituição de uma biblioteca, na Idade Média, designadamente uma biblioteca monástica, era um processo longo e complexo, e esta não se esgotava nas funções de aglutinadora e conservadora de livros, mas organizava-se em torno de uma comunidade com interesses comuns³. Era um processo moroso porque a produção e/ou aquisição do livro dependia de diversos factores e era feita ao serviço dos monges⁴, das suas necessidades litúrgicas e de leitura(s)⁵. Na maior parte dos casos, uma biblioteca monástica era feita pelos monges, para uso dos monges e da comunidade, o que previa a existência de um *scriptorium*⁶. O seu funcionamento pressupunha um domínio de competências ligadas à produção do livro, bem como a capacidade financeira para adquirir os respectivos materiais. Por todos estes motivos, o estudo dos livros que compõem as bibliotecas monásticas deve ser feito, sempre que possível, a partir (1.º) da análise da materialidade, (2.º) do conteúdo textual e em articulação com o seu contexto de origem, proveniência, utilização e circulação.

De acordo com Aires A. Nascimento, «os monges cistercienses precisavam de livros»⁷ e faziam-se acompanhar de livros em quase todas as actividades diárias e em variados locais: na igreja, no coro (para o ofício e para a missa); no refeitório, a acompanhar as refeições; na reunião na Sala do Capítulo; na noviciaria e, individualmente, no estudo e meditação⁸.

¹ Ver *Atas del Coloquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII*, 1988. Muito recentemente, foi novamente mote para outro Congresso Internacional, *Medieval Manuscripts in Motion* organizado pelas seguintes instituições: Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH, Tardo Gótico Research Group University of Cantábria e Institute of Medieval Studies, León, que teve lugar em Lisboa, em Março de 2015. Aires Nascimento deu, a este tema, importantes contributos, ao longo de quatro décadas e, por motivos de espaço, não podemos referir todos, mas indicamos os mais significativos: NASCIMENTO, 1985: 229-242; NASCIMENTO, 2012: 269-317; NASCIMENTO, 2018. ² NEBBIAI, 2013: 15; NASCIMENTO, 2018.

³ A propósito da questão das comunidades textuais ver STOCK, 1983; STOCK, 1997; IRVINE, 2006; JAMROZIAK, 2013: 25; NASCIMENTO, 2018: 361.

⁴ BONDÉLLE, 2008: 97.

⁵ NASCIMENTO, 2018: 44.

⁶ NASCIMENTO, 2018: 36 e seguintes.

⁷ NASCIMENTO, 2018: 194.

⁸ BONDÉLLE, 2008: 96.

Resta-nos confirmar o que os *Capitula*⁹ nos dizem, para o contexto cisterciense: que cada abadia-mãe dotava a abadia-filha de um pacote inicial de livros, quase todos litúrgicos, imprescindíveis para o início da comunidade¹⁰. Podemos então deduzir que, no universo cisterciense, para cada mosteiro recém-fundado, a existência de uma pequena biblioteca, de carácter litúrgico precedeu o funcionamento do *scriptorium*, e, por isso, com origens distintas?

Se Alcobça recebeu este conjunto de livros, não o sabemos porque não chegou até nós qualquer códice do seu fundo que possamos atribuir a origem ao *scriptorium* de Claraval, ainda que Aires A. Nascimento admita essa hipótese para cronologias mais tardias, através de empréstimos para cópia de manuscritos combinados entre as duas abadias¹¹. De igual modo, também Manuel Pedro Ferreira sublinha a existência em manuscritos de Alcobça, de traços paleográficos associados a modelos de Claraval e confirmados «por fontes desta última abadia, conservados na Mediateca de Troyes»¹².

Cada caso é um caso e, a propósito, os exemplos das casas cistercienses no reino de Portugal podem sugerir diferentes percursos do livro. Desde logo, porque os processos de constituição das suas comunidades ocorreram de modo diverso, «a partir da reforma espiritual de uma comunidade beneditina [como é o caso de Arouca e Lorvão] ou através do enquadramento numa regra monástica de um grupo de mulheres piedosas»¹³ (como aconteceu com Celas, Cós e Cástris). E qual a origem dos códices de Almoester e Odiveelas, sendo que, no caso de Odiveelas, o mosteiro se ficou a dever à iniciativa régia com o dever de visitaçã e orientaçã espiritual a cargo do Mosteiro de Alcobça¹⁴? Ou, qual ou quais o *scriptorium/scriptoria* de origem dos códices que estavam nos Mosteiros de Bouro e de Seiça, em 1408¹⁵? De onde vieram os livros que estas comunidades necessitaram para iniciar a vida em comunidade¹⁶?

No caso dos mosteiros cistercienses com *scriptoria*, para além das competências ligadas ao processo de manufactura do livro, ainda se pode observar o modo como a transmissã textual ocorreu: esta nunca aconteceu de forma passiva, antes foi contaminada

⁹ Compilação codificada da legislaçã saída dos Capítulos Gerais da primeira metade do século XII (WADDELL, 1999: 168 e seguintes).

¹⁰ *De construendis abbatiis. VIII.* [...] «Nom mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII^{dm}, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectane, antifonario, gradali, regula, missali». WADDELL, 2002: 512 («Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundaçã sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal» in NASCIMENTO, 1999: 57). Sobre a dataçã destes documentos primitivos ver WADDELL, 1999 e BERMAN, 2010.

¹¹ NASCIMENTO, 2018: 129, 156 e 213. Por outro lado, Claraval não podia responder «às necessidades de todos os grupos que partiam para fundar outra abadia ou fornecer livros, a título de definitivo, a todas as outras que se declaravam afiliadas na rede cisterciense» (NASCIMENTO, 2018: 129).

¹² FERREIRA & ARAÚJO, 2013: 197.

¹³ RÊPAS, 2005: 51, 77.

¹⁴ RÊPAS, 2008: 43-56.

¹⁵ MATTOSO, 2002: 276-301; MARQUES, 2008: 239-274.

¹⁶ BARREIRA, 2018: 189-213.

pelo contexto local, pelos interesses da comunidade e ainda pelas competências intelectuais de quem recebia para copiar¹⁷. Um processo que ganha contornos ainda mais complexos quando se traduzia do latim para *linguagem*, como parece ter acontecido no mosteiro alcobacense a partir dos finais do século XVI e com especial incremento na centúria seguinte¹⁸. O caso dos códices litúrgicos de Alcobaça pode constituir um exemplo digno de nota: cada um é um testemunho ímpar, nomeadamente quando se observa e contextualiza o que se agrega num segundo momento.

A história de uma livraria manuscrita como a de Alcobaça, cujo número de códices que chegou aos nossos dias é muito significativo — cerca de 470¹⁹ — torna-a numa das maiores bibliotecas da Península Ibérica e mesmo da Europa. O mosteiro alcobacense (à semelhança do que ocorria com outras abadias), não se limita a copiar por copiar, a acumular e a conservar livros; copia e preserva, de forma sistematizada e organizada, enquanto integrada num processo selectivo que, como dissemos atrás, responde aos interesses intelectuais de uma comunidade e às exigências do contexto. Estas condicionantes são diferentes de época para época, isto é, os interesses dos monges e as necessidades do contexto monástico em finais do século XII eram decerto distintos dos interesses de leitura dos monges em finais do século XV. Por isso cada manuscrito é único, é um testemunho ímpar que deve ser estudado em contexto, em articulação com outros manuscritos, anteriores e contemporâneos²⁰.

De qualquer modo, não restam dúvidas que «a instituição alcobacense apreciava o livro»²¹. O estudo da livraria de Alcobaça deve ter em conta:

1. Os códices que tiveram origem no *scriptorium*, que é a grande maioria dos que constituem o fundo de Alcobaça, tal como aconteceu com outros mosteiros cistercienses coevos;
2. Os livros que resultaram de processos de incorporação por aquisição e destacamos aqui os códices de origem parisiense, usados nos estudos universitários ao longo da segunda metade do século XIII²², mas não só; há mais casos documentados de aquisição, por exemplo, na primeira metade do século XV, durante o abaciado de D. Estevão de Aguiar²³;

¹⁷ FALMAGNE *et al.*, 2018.

¹⁸ NASCIMENTO, 2012: 281, 282, 302, 518 e seguintes, 661, 826-837.

¹⁹ Sobre este número ver NASCIMENTO, 2018: 283 e seguintes.

²⁰ NEBBIAI, 2013: 15.

²¹ NASCIMENTO, 2018: 194.

²² A existência de manuscritos copiados à *pecia* na livraria de Alcobaça já havia sido documentada há quatro décadas por Isaías da Rosa Pereira (PEREIRA, 1973: 245-267). A partir do trabalho deste erudito temos vindo a estudar os manuscritos adquiridos no mercado livreiro parisiense (BARREIRA, 2016a: 99-128).

²³ NASCIMENTO, 2018: 103, 150 e 167. Sobre o abaciado de D. Estevão de Aguiar e os livros enquanto instrumento de reforma ver BARREIRA *et al.*, 2019.

3. Os códices que tiveram origem noutros *scriptoria*²⁴: uns foram emprestados para cópia e, por motivos que desconhecemos, ficaram no mosteiro, como deve ter acontecido com o códice Alc. 143, com a *Vida e Milagres de S. Tomás da Cantuária*, que pertenceu ao Mosteiro de Lorvão²⁵; outros ainda não descortinámos as razões da sua presença, como o Alc. 162, um *Pontifical ao uso de Braga*²⁶;
4. A história da circulação e da dispersão dos livros do mosteiro e aqui temos os códices emprestados a outros mosteiros, em que uns foram devolvidos (é o caso do Alc. 62, um *Ordinário do Ofício Divino*²⁷), outros não (como aconteceu com o *Ritual de Salzedas*²⁸). Dos códices perdidos ao longo dos séculos, cujo desca-minho aparece mencionado nos inventários e dos códices perdidos em 1834, no âmbito do processo da extinção das Ordens, quando ocorreu a integração do fundo de Alcobça na Biblioteca Nacional²⁹. E dos que se perderam já nesta instituição, em meados do século XX³⁰.

Mas, mais importante, é a história da relação dos monges e da comunidade com os livros, ao longo de vários séculos: é com o monge que o livro circula nas diversas procissões seja no âmbito de festividades do Temporal e do Santoral que ocorrem no espaço monástico, nomeadamente entre a igreja e o claustro, seja nas procissões associadas às comemorações pelos defuntos e às circulações litúrgicas aquando da celebração dos ritos da unção dos irmãos enfermos e das exéquias³¹.

Por isso, encontramos códices em variados locais do espaço monástico³²: geralmente os do ofício estavam guardados no coro e na sacristia; para a missa estavam no altar e/ou

²⁴ Na livraria de Alcobça encontram-se três bíblias francesas datadas do século XIII, recentemente estudadas por Luís Correia de Sousa e Patricia Stirnemann: Alc. 458, Alc. 205 e Alc. 455 in SOUSA, 2015: 44-47. Também de origem francesa é o Alc. 439, *Concordâncias Bíblicas*, cópia do «terceiro modelo elaborado pelos Dominicanos de St. Jacques em Paris, na parte final do século XIII, e difundido, a partir daí» (NASCIMENTO, 1982: 191).

²⁵ CAVERO DOMINGUEZ, coord, 2013: 123 e seguintes; NASCIMENTO, 2016: 34 e seguintes.

²⁶ BRAGANÇA, 1977: 332; BRAGANÇA, 2007: 421.

²⁷ BARREIRA, 2015: 131-152; BARREIRA, 2016b: 329-341.

²⁸ BARREIRA & RÊPAS, 2016: 26-35; RÊPAS & BARREIRA, 2016: 211-236; BARREIRA & RÊPAS, 2017: 343-354.

²⁹ NASCIMENTO, 2018: 337 e seguintes.

³⁰ São eles o Alc. 64 e o Alc. 132: NASCIMENTO, 2018: 290.

³¹ BARREIRA, 2019: 301-326.

³² Usámos o *Inventário* de Santa Maria de Seça, de Fevereiro de 1408, que nos dá uma excelente perspectiva da distribuição dos manuscritos pelo espaço de um mosteiro cisterciense mais pequeno que Alcobça: na igreja, no altar-mor, encontrava-se um conjunto de manuscritos litúrgicos, quer para a missa, quer para o ofício: um Colectário, um Evangelário, um livro de Epístolas, um Gradual, um Colectário com o exorcismo, um hinário e dois missais em dois altares e um outro missal «que nom he posto em altar». No coro havia um «costume», quatro «livros de canto» mais dois Antifonários pequenos e mais sete manuscritos litúrgicos «Item dous colleitanhos. Item dous liçoeiros hum santal e outro domingual [...] Item dous missaes de canto compridos. Item hum livrete de távoas com calendário e letania et cetera». Nos armários da sacristia estavam guardados alguns manuscritos litúrgicos, em menor quantidade e não encadernados e, por fim, o inventário enumera o conteúdo da livraria onde se encontravam os outros manuscritos (incluindo cinco manuscritos litúrgicos) (MARQUES, 2008: 268, 269). Este *Inventário* refere ainda os códices que estavam emprestados: «Item [huum] bõo breviarrio novo o qual leva o abade de Boiro emprestado. Na capella de Migalhoo [...] huum livro missal, outro de bautazar, huum caliz de prata. Em Mõosino dous meos briviarios bõos e hum salteiro velho» (MARQUES, 2008: 272).

também na sacristia; os livros para a leitura no refeitório estavam guardados num nicho ou arca perto do púlpito do leitor, tal como os livros para a leitura de colação, no claustro. Na Sala do Capítulo os livros necessários para a reunião diária (*Regra e Martirológio*); para a aprendizagem dos noviços os códices necessários estavam na noviciaria³³; geralmente, na enfermaria existiam breviários e, por fim, os outros códices que não estavam a uso ou estavam na livraria ou na sacristia (geralmente os litúrgicos).

2. NOTAS DE PERTENÇA INSTITUCIONAL

Sobre a mobilidade de códices em Alcobaça e sob que condições os livros circulam, Fr. João Claro, prior do mosteiro entre 1492 e 1495 referia, numa carta a D. Manuel, as condições de acesso dos monges e dos visitantes do mosteiro aos livros e a identidade do responsável pela livraria do mosteiro: esta estava fechada à chave, e sob a responsabilidade do cantor³⁴. Segundo o mesmo documento, cedia-se facilmente livros a quem deles precisasse: «se vem algum hóspede letrado, não há dificuldade para lha abrirem. E quem tiver livros de seu tem-nos em sua cela ou leito para que de dia e de noite estude por eles quando quiser e não é necessária outra livraria»³⁵. Este testemunho de Fr. João Claro confirma, de modo geral, aquilo que os indícios recolhidos em vários códices documentam individualmente: que alguns códices se encontram, ainda que temporariamente, na posse dos monges. A sacristia, onde se guardava uma pequena parte dos livros litúrgicos, tinha um espaço, com o qual comunicava e que lhe correspondia do lado da claustura, usado como livraria. Fr. João Claro sugere ao rei um conjunto de obras que se deveriam fazer na sacristia e na livraria, nomeadamente estantes novas, de modo a «arrumar melhor os livros»³⁶.

No entanto, sabemos que a comunidade monástica de Alcobaça, desde o seu início, procurou proteger os seus livros e controlar a sua circulação, de modo a prevenir o descaminho e o extravio, numa atitude colectiva de preservação que se estende até, pelo menos, aos inícios do século XIX. Este assunto é importante para a história da biblioteca alcobacense. Nesse sentido, vale a pena perguntar: de que forma os monges operacionalizaram essa protecção? Que medidas tomaram, para além de ter a livraria fechada à chave? Os códices existentes revelam que uma das formas preferenciais de propiciar uma maior segurança era o registo escrito no próprio códice, elementos ligados à propriedade do mesmo, nomeadamente notas de pertença ou de empréstimo. Pretendia-se, assim,

³³ KINDER, 2002: 133 e 134; VERNET, 2008: 3.

³⁴ NASCIMENTO, 2018: 161, 162 e 297.

³⁵ NASCIMENTO, 2012: 212.

³⁶ Fr. João Claro conhecia decerto o auto de visitação feito por Fr. Pedro Serrano em Fevereiro de 1484, e as recomendações feitas ao espaço da sacristia e livraria: que a sacristia tivesse estantes de madeira nas suas paredes e armários amplos de madeira para se guardarem e conservarem todos os paramentos e que a biblioteca fosse reparada, segundo convinha, com armários e outras coisas necessárias (GOMES, 1998: 159).

salvaguardar o livro que circula, ainda que no espaço monástico ou o livro que se empresta para o exterior. Tais registos seriam eficazes?

«Este livro he da sancristia dalcobaça: se lho alguém furtar sempre maaõ ganho faça e ande maldicto e scummungado per sam bento e sam bernardo». Esta nota, que se lê mal, foi inserida no último fólio de um *Processional* do século XV, o BNP COD. 6207, já estudado por Oliveira Bragança³⁷.

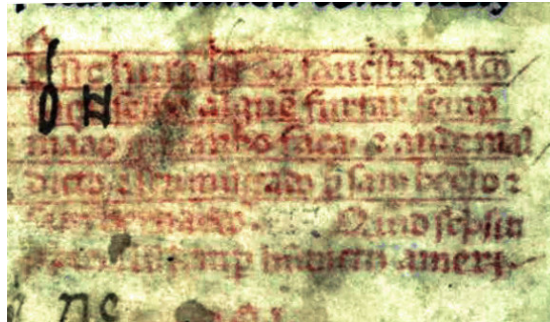


Fig. 1. BNP COD. 6207, fol. 26v

Este exemplo pode ser paradigmático da prática de associar uma nota de pertença a um *caveat* que poderia ser sancionado com a excomunhão. O medo das sanções dos próprios São Bento e São Bernardo foi eficaz, até certo ponto, e servia para assegurar que este códice não tinha descaminho. No inventário da sacristia, redigido em 1510 e conhecido através do seu traslado de 1519, este *Processional* não aparece mencionado³⁸. Teria o inventariador achado pouco digno de registo este códice de aspecto modesto, constituído por três cadernos, num total de 26 fólhos e cuja «encadernação» estava assegurada por um fólio de pergaminho dobrado, um reaproveitamento de um fragmento de um texto de Santo Agostinho? E, embora tenha o carimbo da livraria, o códice não aparece descrito no *Index* de 1775³⁹ e, mais tarde, também não foi integrado no Fundo de Alcobaça, já na Biblioteca Nacional, como o atesta a sua cota.

A presença de notas sobre a origem, pertença e empréstimo foram feitas em códices que datam desde os finais do século XII até ao século XVII, e de tipologia muito variada, desde livros litúrgicos e de apoio à liturgia, a Regra de São Bento, textos moralizantes e códices de direito canónico. Na maior parte dos casos, a cronologia das notas não é contemporânea da realização do códice, mas sim posterior, mas começamos já com uma excepção, redigida ao mesmo tempo que se terminava o códice.

³⁷ BRAGANÇA, 1984.

³⁸ GOMES, 1998: 69.

³⁹ SÁ, 1775.

O exame de vários códices alcobacenses — no âmbito de um projecto sobre os livros litúrgicos da abadia — assim como a historiografia sobre os mesmos, permitiu identificar um conjunto de notas de pertença e empréstimo, o qual pode ser objecto de uma tipologia:

(I) Notas de pertença «simples»:

A nota de pertença mais antiga que conhecemos, decerto contemporânea da cópia do códice, foi redigida pelo próprio abade, D. Martinho (1175-1191), que excomungava quem se atrevesse a subtrair os Decretos de Brocardo de Worms do mosteiro:

Iste liber est sancte marie de alcobacia. Et ego Martinus eiusdem loci abbas dico et confirmo ut quicumque eum [librum] auferre aut extra domum istam dare presumpserit auctoritate dei omnipotentis et eius genetricis et beati Benedicti et beati Bernardi et domini nostri Ihesu Christi et beate Marie se incurrere non dubitet⁴⁰.

É novamente a condenação espiritual por intercessão de São Bento e de São Bernardo a quem ouse furtar o livro ao mosteiro.

Outros exemplos de notas de pertença simples podem observar-se nos seguintes códices: *Breviário* Alc. 8, numa nota na margem de goteira «Este breuiario he da liuraria dalcobaça ha se duvida nenhuma» (fol. 180v). Ou o *Legendarium* Alc. 422, «Liber Sancte Marie Alcobacie» (fol. 236). Mais simples ainda são as notas que se observam no *Missal* Alc. 255, «De alcobatia» (fol. 210v) e na *Regra de São Bento*, Alc. 44 «DALcobaça» (fol. 117). Tais marcas de posse, limitadas, à instituição detentora, podiam ser complexas, adicionando, por exemplo, o local específico no qual o códice deveria ser conservado, como acontece com o *Processional* atrás mencionado, ou com o Alc. 79, *Notabilia in Priscianus*: «Este livro he de alcobaça pa sempre secula seculorum amem ho qual sempre estará na livraria. Senão se ho por cousa hou ho abade da casa» (fol. 95) e como o Alc. 73, uma colectânea de textos, entre os quais a Regra de São Bento, Costumes, Visitações, e documentos sobre Calatrava e Odiveelas: «Este livro he da livraria do mosteiro de alcobaça e por verdade se pos esta memória e lembrança para qualquer que o tiver ou em algum tempo achar para o dicto mosteiro o tornar» (fol. 357v). Igual situação aparece documentada no *Breviário* Alc. 83, do século XVI: «Este breviário se mandou recolher neste cartório para nele estar e não se dar a ninguém. Alcobaça 26 Maio de 1677» (fol. 281v) e no Alc. 76, um *Liber usuuum conversorum* «Este livro mandou fazer o cardeal dom afonso infante de Portugal para uso da livraria deste mosteiro da nossa senhora de alcobaça. E achando ho sonogado frei guilherme da paixão, sendo prior em este mosteiro, o meteu em o cartório pollo não furtarem 1577» (fol. 1).

⁴⁰ BNP — Alc. 365, fol. 116; NASCIMENTO, 2018: 341.

(II) Para além destes casos, diversos códices comportam notas em que se detectam dados sobre a pertença, o destinatário e o local/instituição de empréstimo. Assim, os empréstimos a monges do mosteiro aparecem documentados em vários códices: no Alc. 49, uma Gramática da primeira metade do século XIV, confiada um século mais tarde, de forma temporária, a Fr. Diogo: «Este gracismo he do mosteiro de alcobaça e ho abade dom fernando ho emprestou a fry diogo seu monge na era de 1457 (1419) e poende ho dicto frey diogo assinou este memorial com sua mão frade diego escolar» (fol. 64v).

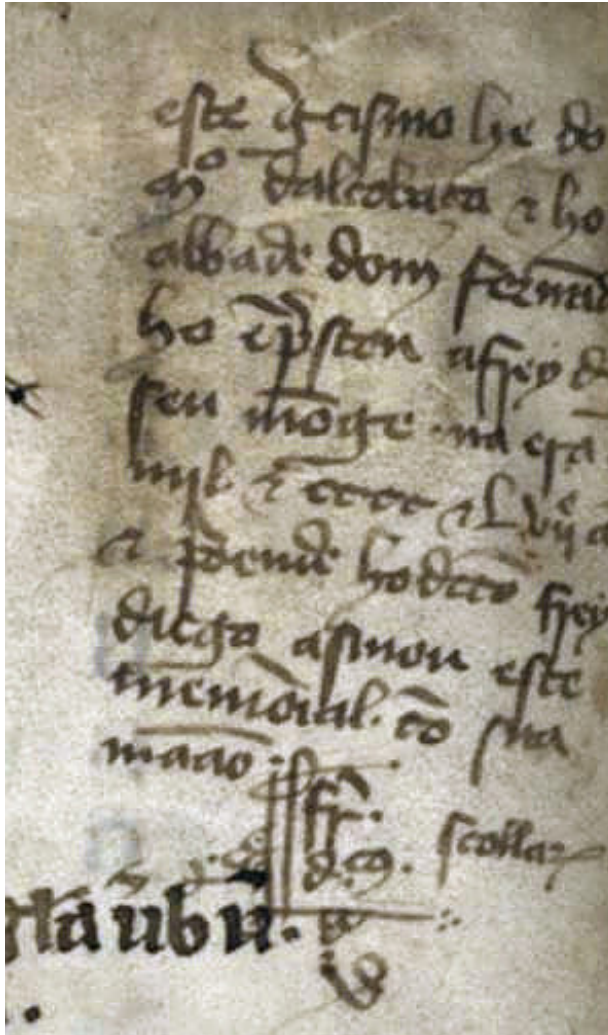


Fig. 2. BNP — Alc. 49, fol. 64v

Fr. João Claro, já aqui mencionado, tem dois códices em sua posse: o Alc. 41, um volume de *Decretais Extravagantes* do século XIII «Este livro he do mosteiro de alcobaça ho qual tinha emprestado frey jº claro monge do dicto mosteiro» (fol. 267v) e um volume com obras de Aristóteles, o Alc. 77: «Este livro he do mosteiro de alcobaça ho qual tinha emprestado frey João Claro monge do dicto mosteiro» (fol. 233v).

As notas de pertença revelam igualmente que estes empréstimos podiam ser efectuados a monges de outros mosteiros, como se lê numa nota no *Beato* de Alcobaça, Alc. 247⁴¹, um códice datado dos inícios do século XIII: «Este livro hes do moesteyro d'Alcobaça ho qual dom frey Nicholaaõ emprestou a frey Joham di san Mamede, ho qual frey Joham se obrigou ao tornar ao dito moesteyro d'Alcobaça ante de sua morte e este livro non pode ser uendidu nin struydo» (fol. 183). Esta nota documenta um empréstimo da parte de D. Fr. Nicolau (Vieira), abade de Alcobaça entre 1461 a 1475, que o empresta a Fr. João, de São Mamede. A nota enfatiza a obrigação da devolução do manuscrito ao Mosteiro de Alcobaça, antes da morte deste último. Desconhecemos a data em que o mesmo foi devolvido a Alcobaça, mas exhibe o carimbo da livraria e já estava na abadia em 1775, com a cota XCVIII, como é referido no *Index* de Fr. Francisco de Sá⁴².

Uma das notas de pertença mais elaboradas encontra-se no Alc. 54, um *Breviário de Inverno* de finais do século XIII ou dos inícios do século seguinte, recentemente estudado por uma equipa interdisciplinar, com especialistas da Química e das Ciências da Conservação e Restauro, onde nos integrámos⁴³. Entre os fol. 339v e fol. 340r tem um texto redigido em 1491, pelo monge Francisco da Costa:

Meu Senhor Jhesus Christo eu frey Francisco da Costa protesto diante a Tua Sancta Magestade todollos dias da minha vida viver e morrer em a Tua santa fee catholica. Se per ventura a morte a desora me aRebatar por que hos meus inimigos nom me enganem naquela ora de agora por entonce e de entonce por agora te confesso [...] meu Deus e meu redemptor em as maaos do qual a minha alma e o meu corpo encomendo. E sendo isso mesmo o que a madre Santa Igreja cree e tem esperando por esto saude perduravel E ponho antre testemunhas ho teu juizo e os meus pecados. [...] Esso meesmo rogo e encomendo que este meo brivaiiro com as bemfeiturias que nelle tenho factas seja levado ao moesteyro d'Alcobaça, donde som professo, porque dom abbade Ysidoro mo deu em minha vida. Fecto no mosteiro de Sam Paulo, a IX dias de Setembro de mil IIIIc LRI anos (1491). Frater Francisco da Costa⁴⁴.

⁴¹ MIGUÉLEZ CAVERO *et al.*, 2016: 239.

⁴² SÁ, 1775: 60.

⁴³ BARREIRA *et al.*, 2016: 252-282.

⁴⁴ Transcrição paleográfica feita por Luís Miguel Rêpas, publicada em BARREIRA *et al.*, 2016: 261.

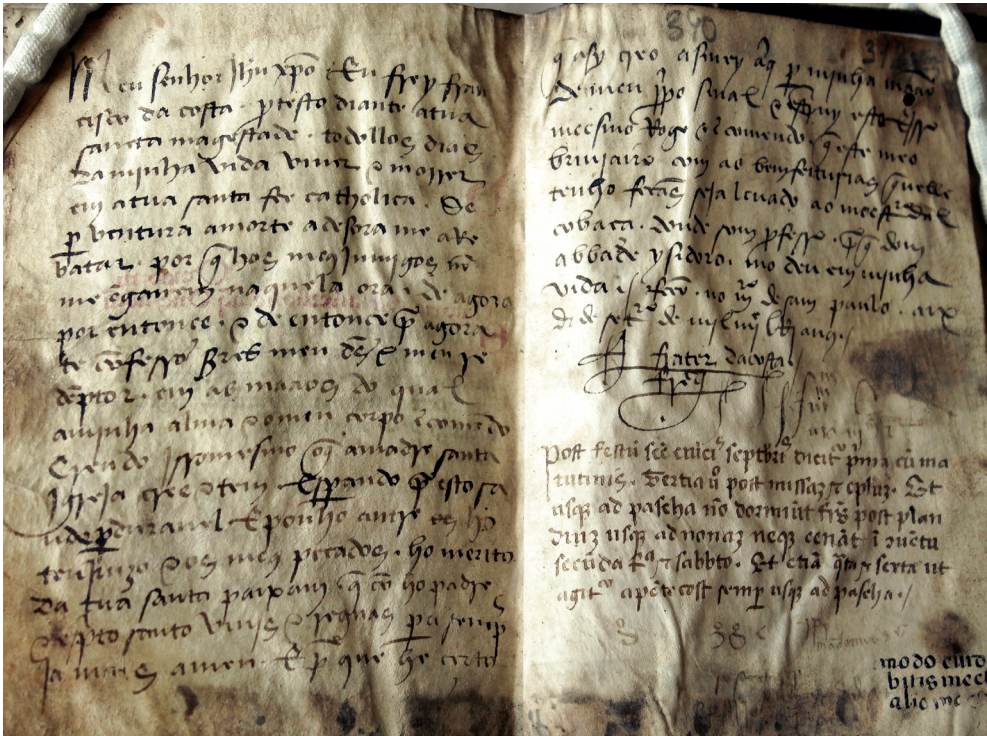


Fig. 3. BNP — Alc. 54, fols. 339v e 340

No texto, o monge testemunha de forma piedosa que este breviário lhe foi dado pelo abade Isidoro (de Portalegre) que esteve à frente da abadia de Alcobaça entre 1488 e 1493⁴⁵. Fr. Francisco deve ter recebido o breviário de presente do abade de Alcobaça no intervalo cronológico entre 1488 e Novembro de 1490, antes de ir para Almaziva, onde permaneceu até Dezembro de 1498⁴⁶, um período que corresponde, grosso modo, ao abaciado de Fr. João de Santarém, à frente de São Paulo de Almaziva entre 1479 a 1513⁴⁷.

Um ano depois de chegar ao Mosteiro de São Paulo, em 1491, Fr. Francisco escreveu o testemunho no breviário com a ideia da sua devolução à abadia de Alcobaça, onde o mesmo pertencia. O gesto do abade para com Fr. Francisco representava uma doação vitalícia, que obrigava à sua devolução ao Mosteiro de Alcobaça, à morte do beneficiário da doação. É isso que o monge procura garantir com o testemunho: que o códice seja mesmo devolvido, cumprindo-se assim a sua obrigação, com o consequente descarrego da sua alma.

⁴⁵ RÊPAS et al., 2020: 205-229.

⁴⁶ SANTOS, 1998: 117.

⁴⁷ SANTOS, 1998: 109, 114; BARREIRA et al., 2016: 261.

Por isso, esta lembrança tem cabimento no conjunto de actividades desenvolvidas pelo monge, em torno da preparação da sua morte, não fosse ela aparecer a desoras (fora de horas) e ele não estar devidamente preparado, o que lhe sobrecarregaria a alma (o manuscrito não ser devolvido, por exemplo, por, à sua morte, ninguém saber dessa obrigação).

Permanece por esclarecer por que motivo foi este monge professo de Alcobaça para São Paulo de Almaziva, nesta data e, sobretudo, qual a razão que levou o abade alcobacense a conferir-lhe um manuscrito que, apesar das duas adições, realizadas na segunda metade do século XV, é um manuscrito desatualizado, cujo conteúdo litúrgico remonta aos finais do século XIII, inícios da centúria seguinte⁴⁸? Ainda que desconhecida a data exacta, o referido códice foi devolvido antes da transferência de bens de São Paulo de Almaziva para o Colégio do Espírito Santo, em Coimbra, em Janeiro de 1554. O manuscrito já estava na livraria em 1775 quando Fr. Francisco de Sá redigiu o *Index*. E exhibe o carimbo da livraria de Alcobaça nos primeiros fólhos.

(III) Nos códices alcobacenses detectam-se igualmente a presença de notas em várias camadas que são disputas sobre a pertença do códice, como vemos no Alc. 62, um *Ordinário do Ofício Divino* com origem no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça em 1475, elaborado por ordem do abade Fr. Nicolau Vieira, e para ser usado em Alcobaça, mas que esteve durante algum tempo no Mosteiro de Seixa⁴⁹. Neste códice, os monges foram deixando testemunhos, registando argumentos de posse como memórias de acontecimentos, quer ao Mosteiro de Seixa, quer a Alcobaça. As referências ao Mosteiro de Seixa datam de 1572, isto é, depois das tentativas de extinção do mosteiro⁵⁰ (fol. 1v e fol. 17v), 1581 (fol. 196v), 1584 (fol. 1v), 1583 (fol. 179v), 1609 (fol. 198), 1624 (fol. 1v) e, por fim, 1672 (fol. 1v)⁵¹ e durante um intervalo de 100 anos correspondente certamente ao período em que este manuscrito esteve em Seixa. A acompanhar algumas das memórias referentes a Seixa (por exemplo, datação das obras novas) vemos anotações com argumentos que refutam as tentativas da sua pertença ao Mosteiro de Seixa, e vinculam o manuscrito a Alcobaça (em particular, através de argumentos litúrgicos). Isto é, ao texto foram adicionadas duas camadas de notas: a primeira com o objectivo de provar a relação dos monges de Seixa com o códice e a segunda, produzida já no Mosteiro de Alcobaça, pela qual os monges procuram apagar se secundarizam as notas precedentes, vinculando com argumentação sólida, a origem e pertença do códice a Alcobaça.

Podemos colocar algumas hipóteses no sentido de perceber as razões pelas quais este manuscrito foi para o Mosteiro de Seixa e lá permaneceu durante, pelo menos, uma centúria: o cenóbio de Seixa tinha 11 monges e 5 conversos de Alcobaça em 1532,

⁴⁸ BARREIRA *et al.*, 2016: 261, 265.

⁴⁹ BARREIRA, 2015: 131-152; BARREIRA, 2016b: 329-341.

⁵⁰ SOUSA, *dir.*, 2016: 114.

⁵¹ BARREIRA, 2016b: 332.

«que para ali tinham sido enviados no início da reforma da sua abadia»⁵². Terão os monges levado este códice nessa altura, uma vez que Seiça não tinha nenhum *Ordinário*⁵³? O manuscrito tardou em ser devolvido, ou pelo menos não o foi antes de 1672, data da última referência ao Mosteiro de Seiça. Ainda assim, apresenta, tal como os anteriores, o carimbo da livraria de Alcobaça, surgindo no respectivo *Index* sob a cota CXLVI⁵⁴.

(IV) Um outro conjunto respeitam a notas de proveniência que não coincidem com o *scriptorium* de origem⁵⁵, como se observa no Alc. 182, uma tradução portuguesa dos *Diálogos* de Gregório Magno, este apresenta uma nota no fim que nos informa que era de Fernão Afonso, prior de Santa Maria de Arruda do arcebispado de Lisboa⁵⁶ (e desconhecemos o *scriptorium* de origem), que depois o vendeu ao abade Fr. Estevão de Aguiar, *deo gratias*, e, noutra nota, de letra diferente e talvez posterior, a indicação que o livro estava agora ao serviço da noviciaria de Alcobaça.

No Alc. 265, um *Comentário ao III Livro das Sentenças*, por Tomás de Aquino, com origem parisiense (exibe dez marcas de pecia)⁵⁷, foi-lhe aposta uma nota de pertença «Expliciunt capituli Liber iste est huius mo[n]asterii beate marie de alcobatia»⁵⁸ (fol. 191).

Um livro emprestado ao Mosteiro de Alcobaça e nunca restituído é o Alc. 276, *Margarita Martiniana*, um códice de direito canónico: era pertença de um cônego de Lisboa, que o emprestou ao abade de Alcobaça para este o mandar trasladar: «Este livro he de Stevam Anes coonigo de Lixbona e emprestou a dom vicente abade de alcobaça pera o mandar trasladar» (fol. 80v), mas que, por razões que desconhecemos, não foi devolvido⁵⁹.

Outro códice no qual a proveniência não coincide com a origem é o *Ritual de Salzedas*: é um códice feito em Alcobaça, para ser usado em Alcobaça, como assim o atesta o rito da profissão dos monges, em que o voto ocorre nesta abadia⁶⁰. Na comemoração dos aniversários pelos defuntos, a procissão corresponde aos seus espaços, nomeadamente a *primeira estação litúrgica* que acontecia junto aos túmulos dos reis, na galilé ou Capela dos Reis. No entanto, apesar desta relação directa do manuscrito com o mosteiro de origem, Alcobaça, uma anotação registada na abertura do códice, «Da liuraria. Da Salzeda», testemunha também uma ligação a este mosteiro. Desconhecemos em que

⁵² SOUSA, *dir.*, 2016: 114.

⁵³ O *Inventário* de Seiça de 1408 não refere nenhum, o que não significa que não tivessem copiado entretanto um *Ordinário do Ofício Divino* (MARQUES, 2008: 268 e 269; MATTOSO, 2002: 288 e seguintes).

⁵⁴ SÁ, 1775: 84.

⁵⁵ Segundo Aires A. Nascimento, «não se confunda origem com proveniência: por origem há que entender a instituição em que o livro/códice foi elaborado; por proveniência há que entender a biblioteca de onde ele chegou à instituição que o disponibiliza» (NASCIMENTO, 2018: 112).

⁵⁶ Sobre a biografia deste clérigo, veja-se COSTA, 1990: 26-32.

⁵⁷ BARREIRA, 2016a: 106, 114 e seguintes.

⁵⁸ PEREIRA, 1973: 266-267.

⁵⁹ A partir do tipo de letra e do abadológico alcobacense, tratar-se-á do abade Vicente Gerales (1349-1369) e, muito provavelmente, de Estêvão Eanes de Leiria, identificado como cônego de Lisboa em 1350 in FARELO, 2003: 180-181.

⁶⁰ BARREIRA & RÊPAS, 2016: 28-35; RÊPAS & BARREIRA, 2016: 211-236; BARREIRA & RÊPAS, 2017: 343-354.

momento o manuscrito saiu de Alcobaça e as razões que possam ter motivado a sua integração na livraria da abadia de Salzedas. Alvitramos que terá, talvez, sido emprestado a Salzedas para ser copiado e, por razões que desconhecemos, não foi devolvido a Alcobaça, como aconteceu com os anteriores.

(V) Observamos nos códices notas que documentam que estes não tiveram origem em Alcobaça. É o que vemos no Alc. 14, uma *Regra de São Bento*, «he do mosteiro de sam paulo da par de cojmbra ningue lho nõ tome so pena des comunham q ponha em seu nome» (fol. 19v). Testemunho próximo do cólofon do *Processional*, aí se usa o argumento da excomunhão, uma punição que não foi suficiente para manter o códice no mosteiro. A sua integração na biblioteca de Alcobaça aconteceu antes de 1775 porque consta do *Index* de Fr. Francisco de Sá e, à semelhança dos livros anteriores, exhibe o carimbo da livraria.

Em situação semelhante temos o Alc. 2, um *Evangelho de São João com a Glosa Ordinária* de finais do século XII ou dos inícios do XIII, com a seguinte nota, que menciona a sua proveniência parisisina: «Liber iste est Magistri Petri Montis Maioris, quia ipse duxit eum a Parisius; quare illum accomodauerat, idcirco iterum iussit ei reddi suum librum et hoc quod dicitur detur magistro Petro de Monte Maiore» (fol. 57v)⁶¹.

(VI) A tipologia de notas em análise abrangem também informações sobre a raridade do códice, à semelhança do registo no Alc. 146, um volume com as *Epístolas de Ivo Carnutensis*, numa nota já do século XVII, da mão de Fr. Francisco Brandão:

*Este livro he de muita importância porque me parece que não anda impresso [...] He muy correcto este que temos e asy merece ser bem resguardado se não sucede que este recomendativo fará mais desejado e da preocupação pela segurança se lhe avisar o risco em que vimos muitos outros desta livraria*⁶².

(VII) Pelo facto da sua função ser igualmente possessória, inserimos na presente tipologia notas que pertença que são também cólofons, ligando os códices nos quais estão redigidas, não ao mosteiro, mas ao seu abade, uma tipologia particularmente visível em alguns dos códices copiados ao tempo do abade Estevão de Aguiar (1431-1446)⁶³. Mais do que a noção de pertença do livro ao mosteiro e aos seus monges, enaltece-se o papel do abade que o mandou fazer, o protagonista que, em articulação com o trabalho de dois monges copistas (e um tradutor), teve a iniciativa de disponibilizar o códice à comunidade. São estes os códices, alguns em cópia partilhada pelos referidos copistas:

⁶¹ NASCIMENTO, 2018: 196.

⁶² BNP — Alc. 146, fol. 1.

⁶³ Ver, nesta colectânea, o artigo de Paulo Lopes e João Luís Fontes, sobre este abade: *Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de reforma (1431-1446)* e BARREIRA et al., 2019.

No Alc. 218, uma compilação de textos normativos, é testemunhado o seguinte:

Foram acabadas de trasladar de latim em linguagem as definições suso escritas antigas e novas por Estevão Vasques natural de Cós, entre os mais pequenos bacharel em leis, ouvidor do honrado padre e senhor dom Estevão de Aguiar abade do Mosteiro de Alcobaça que a dita obra mandou fazer aos cinco dias do mês de março do ano do senhor de mil e quatrocentos e trinta e nove. As quais escreveu por sua mão frei Nicolau Vieira monge do dito mosteiro... (fol. 109).

De seguida, o volume contém mais textos, em português, e novo colofon, no fim do 20.º caderno: «Foram acabadas de trasladar de latim em linguagem todas as coisas acima descritas pelo dito Estevão Vasques ouvidor, a 26 dias de Março ano do nascimento de nosso senhor de mil quatrocentos e quarenta [...] Frei Bernardo me fez» (fol. 152v).

No Alc. 280, *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, uma compilação feita por Bernardo de Brihuega e copiada entre 1442 e 1443, temos, à semelhança do códice anterior, dois colofons diferentes, um para cada parte do manuscrito. Começa Fr. Bernardo:

Eu rogo a todos aqueles que me lerem que roguem por o dito dom Estevão de Aguiar abade do dito mosteiro de Alcobaça, ao senhor Deus que lhe dê aquela folgança que dá a seus amigos. Porque mandou trasladar a sua honra e a dos bentos apóstolos. E por o muito indigno de todo o bem religioso frei bernardo (por cima abbas sancti pauli) monge do dito mosteiro a que mandou trasladar des o começo até aqui e foi começado primeiro dia de outubro na era de nascimento de nosso senhor Jesus Cristo... (fol. 206v).

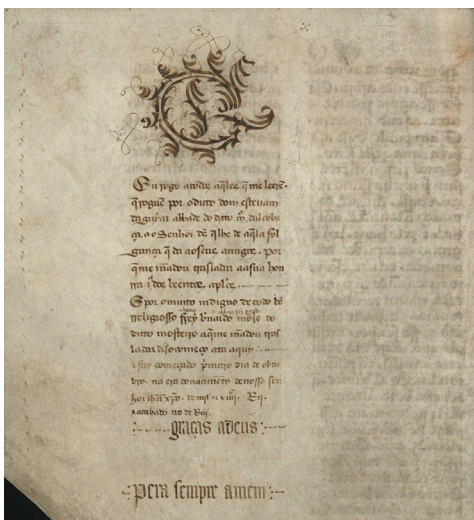


Fig. 4. BNP — Alc. 280, fol. 206v

Este cólofon de Fr. Bernardo está no verso do último fólio de um caderno com quatro fólhos (em vez dos oito habituais), seguindo-se a segunda parte do texto, a começar novo caderno de oito fólhos e que termina com o seguinte:

Este livro mandou trasladar o mui honrado e virtuoso padre e senhor dom Estevão de Aguiar pela prudência de nosso senhor Jesus Cristo, abade do mosteiro de Alcobaça do conselho de el rei e seu esmoler mor o qual eu, frei Nicolau Vieira seu monge escrevi per seu mandado des o capitulo em que conta quando prenderam são Pedro e são Paulo... (fol. 315).

Nos Alc. 385 e 386 temos o *Livro das Colacções dos Santos Padres*, de João Cassiano, embora só o segundo volume tenha cólofon, infelizmente sem data:

O muito honrado e virtuoso padre Dom Estevão de Aguiar abade do mosteiro de Alcobaça do conselho de el-rei, seu esmoler-mor, per frei Nicolau monge do dito mosteiro. Porém peço a todos aqueles que por ele lerem, pois que foi feito para salvação das almas, que por cuidado do dito senhor teve de o mandar trasladar e por o trabalho que eu levei de o escrever que iram por ele e por mim devotamente dizer uma Ave-maria. (fol. 109v).

Entre 1445 e 1446, o *scriptorium* de Alcobaça produz os códices com as quatro partes da *Vita Christi*, mas não chegou até nós o volume respeitante à terceira parte da obra. No primeiro códice, Alc. 451, o seu cólofon informa-nos do seguinte:

Aqueste livro mandou trasladar a honra de Jesus Cristo (espaço correspondente a três linhas rasuradas) ao muy indigno prouve de virtudes frei Bernardo monge do dito mosteiro des os sete cadernos ata aqui e foy acabado 15 dias de junho do ano de mil quatrocentos e 45... (fol. 226v). Mais abaixo, com outro tipo de letra: O abade que me mandou fazer se finou no ano do senhor de 1446 em o mês de fevereiro em dia da septuagésima [...] o qual foi muito passionado em sua vida e jaz em São Bento de Enxobregas (fol. 226v).

Em algumas destas notas, identificam-se simultaneamente o percurso e a história do livro, como a biografia do monge que o possuiu, como se mostra pelo Alc. 54, o *Breviário* dado a Fr. Francisco da Costa. Este monge, ao deixar a memória escrita no códice, instaurou uma outra relação com o livro, em que a dimensão pessoal e patrimonial acompanhava a ligação do códice com o mosteiro ao qual pertencia. Esta atitude, por parte dos monges, de preservação de um património que pertence a uma comunidade,

é uma atitude concertada, colectiva e transversal que começa nos primeiros anos da comunidade monástica e termina com a sua extinção.

Encontramos o mesmo cuidado no *Beato* de Alcobaça, Alc. 247, que, como vimos documenta um empréstimo, da parte de D. Fr. Nicolau, de Alcobaça a Fr. João, de São Mamede, sendo este Fr. Nicolau (1461-1475), o famoso abade que viria a renunciar ao abaciado pela respectiva venda a D. Jorge da Costa, resultando na sua expulsão da abadia⁶⁴. O cuidado e o interesse que Fr. Nicolau tem pelo livro é algo que o caracteriza desde que foi copista (e encadernador) ao tempo do abade D. Estevão de Aguiar e que depois mantém até ao fim do seu abaciado, patrocinando a cópia de livros (por exemplo, o Alc. 62, o Alc. 73...). Daí tanto cuidado no empréstimo.

Uma atitude ligeiramente distinta é que a constatamos nos códices copiados durante o abaciado de Estevão de Aguiar: as notas de pertença/cólofons sublinham antes a iniciativa do abade e não tanto a pertença ao mosteiro. Esta atitude individualista e centralizadora, da acção do abade que se sobrepõe a tudo o resto, não deixa de ser interessante: Estevão não foi um monge professo em Alcobaça, mas antes um beneditino, que havia regressado de Itália, nomeado pela intercessão directa de D. João I para o cargo de abade como homem de confiança da corte⁶⁵.

O cuidado em preservar, na sua integridade, a livraria monástica, que aparece testemunhado nos códices sob a forma de notas e memórias, é a mesma atitude de desvelo e empenho que aparece quando analisamos a materialidade dos códices: muitos documentam intervenções na conservação e restauro dos fólhos, outros evidenciam cuidados em torno da preservação das encadernações primitivas e também nos reaproveitamentos de materiais, por parte dos monges.

Para terminarmos, cabe-nos perguntar pela eficácia das notas e destas em relação à circulação dos códices. Parece-nos que os testemunhos analisados atestam uma certa eficácia das referidas notas, embora estas devam ser entendidas, também, enquanto reflexo de uma atitude colectiva e de um conjunto de medidas tomadas em prol da preservação dos livros do mosteiro, uma noção de pertença e de salvaguarda que foi decerto responsável pela chegada dos manuscritos da livraria aos nossos dias. Algumas notas interpelam mesmo o leitor/usufrutuário, alertando-o para as consequências do descaminho do códice em relação ao seu contexto (Mosteiro de Alcobaça). O livro tem, para esta comunidade, um valor inestimável que deve ser mantido a qualquer custo.

A mesma atitude tendendo à salvaguarda do acervo encontra-se no momento em que se adicionaram folhas de papel, com os títulos dos livros (e autorias) e se colocaram os carimbos, entre os séculos XVII e XVIII, decerto no âmbito de um dos inventários.

⁶⁴ Conforme aparece referido no Alc. 62, de acordo com Iria Gonçalves (GONÇALVES, 1989: 15).

⁶⁵ Sugerimos, novamente, nesta colectânea, o artigo de Paulo Lopes e João Luís Fontes, sobre este abade: *Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de reforma (1431-1446)* e BARREIRA *et al.*, 2019.

Estes carimbos não substituem as notas de pertença, antes as reforçam e tinham a vantagem de unificar, de forma colectiva, a identidade da livraria monástica.

Atitudes colectivas que não passavam só por esforços dos monges e da comunidade: D. Edme de Saulieu, na visitação ao Mosteiro de Alcobça realizada em Novembro de 1532, lembrava que, por disposição do rei D. Duarte:

*Era proibido retirar da livraria comum do mosteiro para fora dele quaisquer livros, transmiti-los para fora, empresta-los ou aliená-los seja de que forma for; se algum for passado para fora, por empréstimo devem eles ser recuperados e trazidos ao mosteiro por todas as forças e meios possíveis, o mais rapidamente possível*⁶⁶.

Fr. Manuel dos Santos, no início do século XVIII, elogia o trabalho dos monges em constituir uma livraria tão copiosa, cujo trabalho era admirado e venerado pelas gerações seguintes de monges, incluindo a dele. E em prol da preservação da livraria, esta foi mudada, em 1702, para a terceira sala, a mais interior da Casa do Cartório⁶⁷, de forma a salvaguardar a livraria manuscrita — cada códice era um testemunho único e Fr. Manuel dos Santos sabia-o.

FONTES

Biblioteca Nacional de Portugal

BNP — *Códices Alcobacenses* (Alc) Alc. 2 (*Evangelho de São João com a Glosa Ordinária*); Alc. 8 (*Breviário*); Alc. 14 (*Regra de São Bento*); Alc. 41 (*Decretais Extravagantes*); Alc. 44 (*Regra de São Bento*); Alc. 49 (*Gramática*); Alc. 54 (*Breviário*); Alc. 62 (*Ordinário do Ofício Divino*); Alc. 73 (*Colectânea de textos*); Alc. 76 (*Liber usuum conversorum*); Alc. 79 (*Notabilia in Priscianus*); Alc. 83 (*Breviário*); Alc. 143 (*Vida e Milagres de S. Tomás da Cantuária*); Alc. 146 (*Epístolas de Ivo Carnutensis*); Alc. 162 (*Pontifical ao uso de Braga*); Alc. 182 (*Diálogos de Gregório Magno*); Alc. 218 (*Costumes, definições, visitasões e estatutos da Ordem de Cister*); Alc. 247 (*Beato*); Alc. 255 (*Missal*); Alc. 265 (*Comentário ao III Livro das Sentenças, Tomás de Aquino*); Alc. 276 (*Margarita Martiniana*); Alc. 280 (*Vidas e Paixões dos Apóstolos*); Alc. 365 (*Decreto de Brocardo*); Alc. 385 e 386 (*Livro das Colacções dos Santos Padres, de João Cassiano*); Alc. 422 (*Legendarium*); Alc 451 (*Vita Christi*).

BNP — Cod. 6207 (*Processional*).

Ritual de Salzedas.

BIBLIOGRAFIA

- ATAS DEL COLOQUIO sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1988.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2015) — *Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobça*. In FERNANDES, Carla Varela, coord. — *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, p. 131-152.

⁶⁶ SOALHEIRO, 2009: 618.

⁶⁷ SANTOS, 1979: 62.

- (2016a) — *Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobaça*. «Lusitânia Sacra», 2.ª série, n.º 33, p. 99-128.
- (2016b) — *O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o Ordinário do Ofício Divino Alc. 62 e o Livro de Usos Alc. 208*. «Cadernos de Estudos Leirienses», n.º 11, p. 329-341.
- (2018) — *Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobaça*. «Lusitânia Sacra», tomo 37, 2.ª série, p. 189-213.
- (2019) — *Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça. A preliminar view from the manuscripts*. «Cîteaux – Commentarii cistercienses», 70, fasc. 3-4, p. 301-326.
- BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel (2016) — *Um Ritual de Alcobaça em Salzedas*. «Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja», n.º 12, p. 28-35.
- (2017) — *Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. — *Genius Loci. Lugares e Significados/Places and Meanings*. Porto: CITCEM, vol. 1, p. 343-354.
- BARREIRA, Catarina Fernandes; MELO, Maria João; ARAÚJO, Rita; CASANOVA, Conceição (2016) — *Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobaça scriptorium*. «Journal of Medieval Iberian Studies», vol. 8, n.º 2, p. 252-282.
- BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário (2019) — *Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», n.º 19, p. 345-377.
- BOUDÉELLE, Anne (2008) — *Trésor des moines. Les Chartreux, les Cisterciens et leurs livres*. In VERNET, André, dir. — *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques médiévales du VI.º siècle à 1530*. Paris: Editions du Cercle de la Librairie, p. 97.
- BRAGANÇA, Joaquim Oliveira (1977) — *Pontifical de Braga do século XII*. «Didaskalia», vol. 7, n.º 2, p. 309-397.
- (1984) — *Processional Tropário de Alcobaça*. Lisboa: Instituto Gregoriano.
- (2007) — *Liturgia e Espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria, coord. (2013) — *Tomás Becket y la Península Ibérica (1170-1230)*. León: Universidad de León.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1990) — *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. Bolonha: Real Colégio de Espanha, vol. I.
- FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (2018) — *Les cisterciens et la transmission des textes (XII.º-XVIII.º siècles)*. Turnhout: Brepols Publishers.
- FARELO, Mário (2003) — *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. II. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Manuel Pedro; ARAÚJO, Mara Fortu (2013) — *Recitação do texto sacro: Claraval e Alcobaça*. In CARREIRAS, José A., dir. — *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, tomo II, p. 195-203.
- GOMES, Saul António (1998) — *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR.
- GONÇALVES, Iria (1989) — *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- IRVINE, Martin (2006) — *The Making of Textual Culture: ‘Grammatica’ and Literary Theory 350-1100*. Cambridge: Cambridge University Press.

- JAMROZIAK, Emilia (2013) — *The Cistercian order in Medieval Europe, 1090-1500*. Londres: Routledge.
- KINDER, Terryl N. (2002) — *Cistercian Europe: Architecture of Contemplation*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing.
- MARQUES, Maria Alegria (2008) — *Bens de dois Mosteiros cistercienses no século XV. Santa Maria de Seixa e Santa Maria do Bouro*. In MARQUES, Maria Alegria — *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri; Coimbra: FLUC.
- MATTOSO, José (2002) — *Leituras cistercienses do século XV*. In MATTOSO, José — *Obras Completas*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 276-301. Vol. IX: *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*.
- MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia; MELO, Maria João; MIRANDA, Maria Adelaide; CASTRO, Rita; CASANOVA, Conceição (2016) — *Beatus manuscripts under the microscope: the Alcobaca Beatus and the Iberian Cistercian tradition revisited*. «Journal of Medieval Iberian Studies», vol. 8, n.º 2, p. 217-251.
- NASCIMENTO, Aires A. (1982) — *Três notas alcobacenses. Um Códice perdido. Um Livro de Milagres. Concordâncias Bíblicas*. «Didaskalia», vol. 12, n.º 1, p. 185-194.
- ____ (1985) — *Livros e claustro no século XIII em Portugal: o inventário de S. Vicente de Fora, em Lisboa*. «Didaskalia», vol. 15, n.º 1, p. 229-242.
- ____ (1999) — *Cister. Documentos primitivos. Introdução, tradução e notas*. Lisboa: Edições Colibri.
- ____ (2012) — *Ler contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. 2 vols.
- ____ (2016) — *Os antigos códices de Lervão: balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Município de Penacova.
- ____ (2018) — *O scriptorium de Alcobaca: o longo percurso do livro manuscrito português*. Alcobaca: Direcção-Geral do Património Cultural/Mosteiro de Alcobaca.
- NEBBIAI, Donatella (2013) — *Le discours du livre. Bibliothèques et manuscrits en Europe, IX.^e-XV.^e siècle*. Rennes: P.U. Rennes.
- PEREIRA, Isaías da Rosa (1973) — *A Pecia em manuscritos universitários. Estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV*. «Anais da Academia Portuguesa de História», vol. 22, p. 245-267.
- RÊPAS, Luís Miguel (2005) — *Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores*. In VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel; SÁNCHEZ-BORDONA, María Dolores Campos — *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, p. 51-78.
- ____ (2008) — *O Sagrado e Profano nos Mosteiros femininos cistercienses: espaços e ritos*. In SILVA, Carlos Guardado, coord. — *História do Sagrado e do Profano*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Alexandre Herculano; Torres Vedras: Câmara Municipal, p. 43-56.
- RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes (2016) — *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaca*. In FERNANDES, Carla Varela, coord. — *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, p. 211-236.
- RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes (2020) — *Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte*. «Lusitania Sacra». 2.ª série, t. 42, p. 205-229.
- SÁ, Fr. Francisco de (1775) — *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolas, &c. singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notatu digna*. Olisipone: ex Typographia Regia
- SANTOS, Fr. Manuel dos (1979) — *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaca*. B. N. L. Alc. 307, fols. 1-35. Leitura, introdução e notas Aires A. Nascimento. Alcobaca: Associação para a defesa e valorização do Património Cultural da Região.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1998) — *Vida e Morte de Um Mosteiro Cisterciense. S. Paulo de Almaziva - Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri.

- SOALHEIRO, João (2009) — *More Cisterciensis Ordinis: Acta da visitação de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobça (1532)*. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, coord. — *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 611-618.
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, dir. (2016) — *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento: Guia histórico*. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Luís Correia de (2015) — *Sacra Pagina. Textos e Imagens das Bíblias portáteis do século XIII pertencentes às coleções portuguesas*. Lisboa: Paulus Editora.
- STOCK, Brian (1983) — *The Implications of Literacy. Written Language and Models of Interpretation in the 11.th and 12.th Centuries*. Princeton: Princeton University Press.
- (1997) — *Listening for the Text*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- VERNET, André (2008) — *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques médiévales du VI^e siècle à 1530*. Paris: Editions du Cercle de la Librairie.
- VIFORCOS MARINAS, María Isabel; SÁNCHEZ-BORDONA, María Dolores Campos (2005) — *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León.
- WADDELL, Chrysogonus (1999) — *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux*. Cîteaux: Commentarii Cistercienses.
- (2002) — *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter*. Cîteaux: Commentarii cistercienses.

